



BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A
CNPJ: 40.429.946/0001-92 - TEL. (24) 3353-1400

Porto Real, 06 de março de 2025

Ao
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Assunto: Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais:

Data-base a que se referem as demonstrações financeiras: dezembro/2024.

Relação de demonstrações financeiras e demais documentos contidos no arquivo são as seguintes:

- . Carta de apresentação;
- . Relatório da Administração;
- . Relatório da Auditoria Independente;
- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração do Resultado;
- . Demonstração do Resultado Abrangente;
- . Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- . Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- . Notas Explicativas; e
- . Termo declaratório da alta administração pela responsabilidade dos documentos do arquivo.

Data e o sítio eletrônico em que as demonstrações financeiras foram originalmente divulgadas.

- . Em virtude de não possuímos site na internet, nada temos a divulgar.

Luiz Eduardo T. M. da Costa
Diretor Presidente

Rogério Mattos Nogueira
Supervisor Contábil – CRC:051945/O-6-RJ



BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A
CNPJ: 40.429.946/0001-92 - TEL. (24) 3353-1400

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas e Clientes: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. nossas demonstrações financeiras de 31/12/2024, bem como o parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários quanto ao presente relatório.

Porto Real, 16 de janeiro de 2025.

A Diretoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas do
Banco Porto Real de Investimentos S/A
Porto Real – RJ

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras do Banco Porto Real de Investimentos S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Porto Real de Investimentos S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos períodos anteriores

As Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes, por ocasião da emissão do relatório em 24 de janeiro de 2024, sem modificação de opinião.

As Demonstrações Financeiras correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes, por ocasião da emissão do relatório em 09 de agosto de 2024, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- b) Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2025.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.
CRC RJ-Nº 0202

ERNESTO PATRÍCIO GIRÁLDEZ
- Contador CRC-RJ Nº 053.076/O-2 -

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		<u>23.456</u>	<u>20.191</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>16.766</u>	<u>8.374</u>
Disponibilidades		1	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	16.765	8.373
Operações de Crédito	5	<u>6.646</u>	<u>11.734</u>
Empréstimos e títulos descontados		6.682	11.805
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(36)	(71)
Outros Créditos	6	1	58
Outros Valores e Bens		<u>43</u>	<u>25</u>
Despesas antecipadas		43	25
Não Circulante		<u>7.498</u>	<u>10.165</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>7.482</u>	<u>10.145</u>
Operações de Crédito	5	<u>7.062</u>	<u>9.725</u>
Empréstimos e títulos descontados		7.092	9.764
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(30)	(39)
Outros Valores e Bens		<u>420</u>	<u>420</u>
Bens não de uso próprio	7	420	420
Imobilizado de Uso	8	<u>16</u>	<u>20</u>
Ativo imobilizado de uso		256	253
Depreciações acumuladas		(240)	(233)
Total do Ativo		<u><u>30.954</u></u>	<u><u>30.356</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		798	1.159
Outras obrigações	9	798	1.159
Sociais e estatutárias		224	329
Fiscais e previdenciárias		279	528
Diversas		295	302
Patrimônio líquido	10	30.156	29.197
Capital social		26.816	26.816
Reservas de lucros		3.340	2.381
Total do passivo		30.954	30.356

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A.**BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024****(Em milhares de reais)**

	2º Semestre	Ano	
	2024	2024	2023
Receitas da intermediação financeira	2.463	5.080	5.959
Operações de crédito	1.726	3.817	5.188
Resultado de operações com títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	737	1.263	771
Despesas da intermediação financeira	9	43	(51)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	43	(51)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.472	5.123	5.908
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.810)	(3.559)	(3.521)
Rendas de tarifas bancárias	5	9	19
Despesas de pessoal	(1.321)	(2.663)	(2.506)
Outras despesas administrativas	(372)	(735)	(728)
Despesas tributárias	(122)	(259)	(298)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	89	(8)
Resultado operacional	662	1.564	2.387
Resultado não operacional	54	108	128
Resultado antes da tributação sobre o lucro	716	1.672	2.515
Provisão para o IRPJ e CSLL (valores correntes)	(211)	(489)	(784)
Lucro líquido do exercício/semestre	505	1.183	1.731
Lucro líquido do exercício/semestre por ação - R\$	0,051	0,118	0,173

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	2º Semestre	Ano	
	2024	2024	2023
Lucro líquido do exercício/semestre	505	1.183	1.731
Lucro abrangente do exercício/semestre	505	1.183	1.731

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
		Legal	Especial de Lucros		
Saldos em 31/12/2022	26.816	60	919	-	27.795
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.731	1.731
Reserva legal	-	86	-	(86)	-
Constituição de reserva de lucros especiais	-	-	1.316	(1.316)	-
Dividendos obrigatórios (estatuto)	-	-	-	(329)	(329)
Saldos em 31/12/2023	26.816	146	2.235	-	29.197
Saldos em 31/12/2023	26.816	146	2.235	-	29.197
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.183	1.183
Reserva legal	-	60	-	(60)	-
Constituição de reserva de lucros especiais	-	-	899	(899)	-
Dividendos obrigatórios (estatuto)	-	-	-	(224)	(224)
Saldos em 31/12/2024	26.816	206	3.134	-	30.156
Saldos em 30/06/2024	26.816	180	2.879	-	29.875
Lucro líquido do 2º semestre	-	-	-	505	505
Reserva legal	-	26	-	(26)	-
Constituição de reserva de lucros especiais	-	-	255	(255)	-
Dividendos obrigatórios (estatuto)	-	-	-	(224)	(224)
Saldos em 31/12/2024	26.816	206	3.134	-	30.156

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO – DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	2º Semestre	Ano	
	<u>2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício/semestre	505	1.183	1.731
Depreciação e amortização	3	7	7
Modificações nos ativos e passivos operacionais			
(Aumento) redução de operações de crédito	3.746	7.751	1.877
(Aumento) redução de outros créditos e outros valores e bens	152	38	104
Aumento (redução) de outras obrigações	(77)	(584)	(59)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>4.329</u>	<u>8.395</u>	<u>3.660</u>
Atividades de investimentos			
Compra (aumento) de imobilizado de uso	-	(3)	(8)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>(8)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>4.329</u>	<u>8.392</u>	<u>3.652</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	12.437	8.374	4.722
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/semestre	<u>16.766</u>	<u>16.766</u>	<u>8.374</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>4.329</u>	<u>8.392</u>	<u>3.652</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Porto Real de Investimentos S/A, foi autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 05/05/1992 com carteira comercial. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de maio de 2001, foi deliberada a transformação do Banco Porto Real S/A de banco comercial para banco de investimentos, passando a denominar-se Banco Porto Real de Investimentos S/A. Essa transformação foi aprovada pelo Bacen em 31/08/2001.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras (DFs) do Banco Porto Real de Investimentos S/A, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das DFs do Banco Porto Real de Investimentos S/A, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Porto Real de Investimentos S/A na sua gestão.

A preparação das DFs requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos semestrais demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo a principal a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As DFs do período findo em 31/12/2024 foram aprovadas pela Administração em 16/01/2025.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços patrimoniais.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As DFs estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Porto Real de Investimentos S/A.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidas e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerada insignificante.

e) Carteira de créditos e PCLD

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

f) Imobilizado de uso

Os bens classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais, mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

g) Programa de integração social (PIS) e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo.

h) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A despesa de IRPJ é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A Lei nº 13.169/15, que altera a Lei nº 7.689/88, elevou a alíquota da CSLL para 20% referente ao período compreendido entre 01/12/2015 e 31/12/2018. A partir de 01/01/2019, a alíquota da CSLL voltou a ser de 15%. A Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019 no seu artigo 32º, elevou a alíquota da CSLL para 20% a partir de 01/03/2020.

Por meio da conversão da Medida Provisória nº 1.034, de 01 de março de 2021, em Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, o Governo Federal alterou a alíquota da CSLL para bancos para 25% de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir de 01 de janeiro de 2022.

A Medida Provisória nº 1.115, de 28/04/2022, alterou a alíquota da CSLL para bancos, de 20% para 21%, vigorando a partir de 01/08/2022 até 31/12/2022.

Prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL - Em 31/12/2024, o Banco apresenta prejuízos fiscais acumulados de IRPJ de R\$ 6.956 (R\$ 7.445 em 31/12/2023) e base negativa de CSLL de R\$ 7.073 (R\$ 7.562 em 31/12/2023), os quais são compensáveis com lucros tributáveis futuros. Não foram constituídos créditos tributários.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Nos termos do CPC 25, os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, são tratados contabilmente como segue: os ativos enquanto contingentes não são provisionados e divulgados; as contingências passivas são provisionadas quando consideradas como perdas prováveis e são divulgadas e as contingências classificadas como perdas possíveis são também publicadas. Por fim, as obrigações legais são sempre provisionadas e se relevantes, são divulgadas.

j) Uso de estimativas contábeis

A preparação das DFs exige que a Administração efetue certas estimativas contábeis e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como, especificamente: provisão para PCLD e avaliação de instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas contábeis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações estão remuneradas em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras (a)	16.765	8.373
Caixa e equivalente de caixa	<u>16.765</u>	<u>8.373</u>

(a) Correspondem às aplicações interfinanceiras de liquidez, vinculadas à variação do CDI em que as taxas de remuneração variaram no semestre corrente e precedente entre 85% e 105,01% do CDI.

5. Operações de Crédito

a) Composição e prazos das carteiras (empréstimos)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante		
Vencidos até 30 dias	93	78
Vincendos até 90 dias	1.554	2.903
Vincendos de 91 até 360 dias	5.035	8.824
Provisão para PCLD	(36)	(71)
Parcela classificada no ativo circulante	<u>6.646</u>	<u>11.734</u>
Ativo não circulante - realizável a longo prazo		
Vincendos acima de 360 dias	7.092	9.764
Provisão para PCLD	(30)	(39)
Parcela classificada no ativo não circulante - realizável a longo prazo	<u>7.062</u>	<u>9.725</u>
Total de empréstimos e títulos descontados	13.774	21.569
Provisão para PCLD	(66)	(110)
Total de empréstimos e títulos descontados	<u>13.708</u>	<u>21.459</u>

b) PCLD por níveis de risco (Res. CMN nº 2.682/99 - nota 3.e.)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante		
Nível AA - adimplente	2.117	2.032
Nível A - adimplente	1.747	5.456
Nível B - adimplente	2.818	4.317
Provisão para PCLD	(36)	(71)
Parcela classificada no ativo circulante	<u>6.646</u>	<u>11.734</u>
Ativo não circulante - realizável a longo prazo		
Nível AA – adimplente	3.491	4.109
Nível A – adimplente	1.301	3.442
Nível B - adimplente	2.300	2.213
Provisão para PCLD	(30)	(39)
Parcela classificada no ativo não circulante - realizável a longo prazo	<u>7.062</u>	<u>9.725</u>
Total de Empréstimos e títulos descontados	13.774	21.569
Provisão para PCLD	(66)	(110)
Total de empréstimos e títulos descontados	<u>13.708</u>	<u>21.459</u>

Conforme divulgado na Nota Explicativa 3.e, anterior, as operações de crédito estão classificadas de acordo com as determinações estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, em níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada conforme os seguintes percentuais:

Risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
PCLD	–	0,5%	1%	3%	10%	30%	50%	70%	100%

b.1) Efeitos da Resolução CMN nº 4.966/21

Objetivando o alinhamento aos padrões internacionais do pronunciamento IFRS 9 – *Financial Instruments*, a partir de 01 de janeiro de 2025 entrará em vigor a Resolução nº 4.966, editada pelo Conselho Monetário Nacional em 25 de novembro de 2021, alterando os conceitos e critérios contábeis para: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar; iii) contabilidade de hedge; e iv) divulgação de informações sobre instrumentos financeiros.

A classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros passará a ter como fundamentos básicos o modelo de negócio adotado pela instituição na gestão desses ativos e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos avaliados, em vez das características individuais de cada instrumento e da intenção de negociar, como vigorou até 31 de dezembro de 2024.

A partir da entrada em vigor da nova regulamentação, haverá uma alteração significativa na constituição de provisão para perdas, passando essa a ser realizada com base em modelo de perdas esperadas associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros. A provisão passará a ser mensurada de acordo com a probabilidade de inadimplemento e a expectativa de recuperação do instrumento financeiro, avaliando-se as condições econômicas correntes e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições de mercado que afetem o seu risco de crédito e o valor de suas eventuais garantias ou colaterais vinculados, durante o seu prazo esperado.

Diante desse novo cenário, as operações de crédito são o instrumento financeiro mais relevantes do banco. No nosso modelo de negócios, essas operações são ativos financeiros negociados majoritariamente com pessoas jurídicas nas modalidades de capital de giro e crédito rotativo e serão classificadas na categoria de custo amortizado. O banco adotará a metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros, conforme determinado no artigo 50 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Visando a implementação a partir de janeiro de 2025 e tomando como base as operações de crédito mantidas em carteira em 31 de dezembro de 2024, o banco estimou o seguinte impacto contábil da provisão para perdas esperadas:

Créditos concedidos

Resolução nº 2.682/99	Resolução nº 4.966/21	Impacto estimado
Provisão para perdas	Perda esperada	para 01/01/25
R\$ 66	R\$ 266	R\$ 200

Créditos a liberar

Resolução nº 2.682/99	Resolução nº 4.966/21	Impacto estimado
Provisão para perdas	Perda esperada	para 01/01/25
-	R\$ 6	R\$ 6

Quando da estimativa do impacto não havia registro de operações de crédito inadimplentes ou ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, conforme definido pela regulamentação vigente a partir do exercício de 2025.

Adicionalmente, realizamos testes de estresses onde foi estimado o impacto equivalente a 4 vezes o valor da PCLD apurada no final do exercício de 2024, e que não constatamos que haverá desenquadramento do índice de basileia.

A Administração do Banco julga imaterial o impacto do acréscimo de R\$ 206 no seu resultado, na sua posição financeira e no seu índice de Basileia decorrente da adoção da metodologia de provisão para perdas esperadas.

c) Composição da carteira (empréstimos), por setor de atividade (setor privado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante		
Comércio	132	181
Outros segmentos	6.550	11.624
Provisão para PCLD	(36)	(71)
Parcela classificada no ativo circulante	<u>6.646</u>	<u>11.734</u>
Ativo não circulante - realizável a longo prazo		
Comércio	-	1.010
Outros segmentos	7.092	8.754
Provisão para PCLD	(30)	(39)
Parcela classificada no ativo não circulante - realizável a longo prazo	<u>7.062</u>	<u>9.725</u>
Total de empréstimos e títulos descontados	13.774	21.569
Provisão para PCLD	(66)	(110)
Total de empréstimos e títulos descontados	<u><u>13.708</u></u>	<u><u>21.459</u></u>

d) Operações renegociadas e recuperadas

<u>Tipo</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Renegociadas no semestre	872	6.202
Recuperadas no semestre	10	12

6. Outros Créditos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Devedores por compra de valores e bens	-	58
Adiantamentos p/ pgto. nossas contas	1	-
Total de outros créditos	<u>1</u>	<u>58</u>
Parcela classificada no ativo circulante	<u><u>1</u></u>	<u><u>58</u></u>

7. Outros Valores e Bens

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total de bens (imóveis) não de uso próprio - sem necessidade de provisão para <i>impairment</i> nos termos do CPC-01, baseado em avaliações efetuadas.	<u><u>420</u></u>	<u><u>420</u></u>

8. Imobilizado de Uso

Descrição	31/12/2024			31/12/2023			Taxa
	C.C.	D.A.	I.L.	C.C.	D.A.	I.L.	
Mobiliário	31	(31)	-	31	(30)	1	10%
Veículos	81	(81)	-	81	(81)	-	20%
Sistemas de processamento de dados	96	(90)	6	94	(86)	8	20%
Instalações	13	(12)	1	13	(11)	2	10%
Sistemas de comunicação	8	(6)	2	7	(5)	2	10%
Aparelhos de refrigeração	20	(13)	7	20	(13)	7	10%
Armas e equipamentos	1	(1)	-	1	(1)	-	10%
Outros bens	4	(4)	-	4	(4)	-	10%
Máquinas	2	(2)	-	2	(2)	-	10%
Total	256	(240)	16	253	(233)	20	

9. Outras Obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Sociais e estatutárias	224	329
Fiscais e previdenciárias	279	528
Diversas (*)	295	302
Total do passivo circulante	798	1.159

10. Patrimônio Líquido

a) O capital social do Banco de R\$ 26.816 em 31/12/2024 e em 31/12/2023, é representado por 10.003.768 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas. O capital é remunerado através da distribuição de um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 20% sobre o lucro líquido do exercício, podendo a Assembleia Geral deliberar sobre a distribuição de dividendos inferiores ao obrigatório, bem como sobre a não distribuição de dividendos no encerramento de cada exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

b) Do lucro apurado em 31/12/2024, R\$ 26 foi destinado à reserva legal, R\$ 255 foi destinado à reserva especial de lucro e R\$ 224 foi destinado a dividendo mínimo obrigatório (estatuto), não remanescendo saldo na conta de lucros acumulados.

11. Declaração de Apetite por Riscos

O Banco desenvolveu uma escala interna de classificação de suas exposições ativas e passivas ao apetite por riscos, para cada estrutura de riscos foi atribuído uma escala de classificação.

12. Gerenciamento de Riscos

a) Risco operacional

O Banco adota uma postura crítica para a melhor gestão, através da identificação e revisão dos riscos, acompanhamento de incidentes e implantação de controles permitindo: identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, resultando a melhor relação entre risco e retorno.

b) Risco de crédito

A essência da atividade bancária é a de intermediar recursos, concedendo empréstimos a atividades produtivas, lícitas e saudáveis, o que implica, não obstante, na aceitação de riscos de crédito. Estes riscos, são maiores em função de comportamentos setoriais.

Os clientes são monitorados, visando identificar qualquer alteração que possa comprometer sua capacidade de pagamento, antecipando ações de cobrança.

No processo decisório, a quantidade e a qualidade das informações têm relação direta com a segurança da decisão. Enriquecer o universo de informações ou dados sobre cada crédito, proporciona alcançar os níveis previstos de empréstimos, mantendo apropriados os padrões das operações, reduzindo os riscos a limites razoáveis, minimizando perdas, avaliando novas oportunidades de negócios e obtendo liquidez adequada.

c) Risco de liquidez e de mercado

O Banco emprega uma política conservadora na administração da exposição de risco de mercado, supervisionando e controlando diariamente de forma eficaz cada fator de risco para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica do preço do ativo. Em relação ao risco de liquidez a instituição mantém controle e acompanhamento das posições dos ativos negociáveis e dos passivos exigíveis, em consonância com o perfil operacional do Banco.

d) Riscos social, ambiental e climática

Os riscos social, ambiental e climática integram as variáveis ambientais aos negócios do Banco e determinam procedimentos e ações a serem observados em todas as etapas do relacionamento junto aos seus clientes. O principal objetivo é monitorar os impactos diretos e indiretos nas questões social, ambiental e climática, evitando a influência negativa ao desempenho e a reputação do Banco.

13. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 compatível com os riscos de suas atividades.

O PR, totalizando o valor de R\$ 30.156 (R\$ 29.197 em 31/12/2023), encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31/12/2024, com percentual de índice de Basileia 109,45% (90,94% 31/12/2023).

14. Eventos subsequentes

Exceto quanto à adoção dos critérios previstos na Resolução CMN nº 4.966/21, que foram divulgados na Nota Explicativa 5.b.1, o Banco Porto Real de Investimentos S.A. não possui eventos subsequentes até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras a serem divulgados.

15. Ouvidoria (0800 281 1400)

Conforme disposto na Resolução nº 4.860/2020, a instituição procedeu à implantação do componente organizacional de Ouvidoria, no prazo estabelecido legalmente, elaborando as Diretrizes Operacionais de Ouvidoria, de conhecimento público e de todos os funcionários. O Banco Porto Real de Investimentos S.A. dispõe de canal de Ouvidoria através do número 0800-281-1400.

-----//-----



BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A
CNPJ: 40.429.946/0001-92 - TEL. (24) 3353-1400

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS DOCUMENTOS CONTIDOS NO ARQUIVO

Eu, Luiz Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa CPF: 301.710.917-87, Diretor Presidente do Banco Porto Real de Investimentos S/A, CNPJ: 40.429.946/0001-92, eleito pela AGO de 05 de março de 2024, assumo a inteira responsabilidade pelos documentos contidos no arquivo.

Porto Real, 06 de março de 2025

Luiz Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa
Diretor Presidente